



Ministério do Meio Ambiente  
Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA

Transcrição da 13ª Reunião da Câmara Técnica de Economia e Meio Ambiente

Data: 27 de maio de 2008

Local: Sala das Câmaras Técnicas – Edifício Marie Prendi Cruz

Endereço: SEPN W2 Norte, quadra 505, lote 2 - Brasília/DF

Transcrição *ipsis verbis*

**O SR. GaENIVAL NUNES SILVA (Sergipe)** – Bom-dia, senhores. Vamos dar início à nossa 13ª reunião da Câmara Técnica de Economia e Meio Ambiente, registrado aqui com muita alegria a presença do Doutor Nilo aqui presente. Inicialmente eu gostaria que o Doutor Nilo fizesse um breve comentário a respeito dessa reunião do novo ambiente, do novo momento que vive inclusive o Ministério.

**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA)** – Quero dar um bom-dia a todos aqui Conselheiros integrantes da Câmara Técnica de Economia e Meio Ambiente aqui na pessoa do Genival, presidente da Câmara, também quero dar um Bom-dia a todos os que estão acompanhando aqui essa reunião, nossos colegas aqui do Ministério e de outras instituições. Nós temos uma pauta importante aqui dessa Câmara Técnica, num dia muito especial porque hoje toma posse o novo Ministro do Meio Ambiente Carlos Minc, tanto a posse no Palácio do Planalto e depois a transmissão do cargo na Agência Nacional de Águas mais tarde. Então, é interessante nós observarmos que o CONAMA não pára, quer dizer, esse Conselho tem a representação naturalmente do Ministério do Meio Ambiente, mas é um Conselho aberto com representação de todos os segmentos interessados da sociedade, portanto, independentemente da posse do novo Ministério nós mantivemos essa reunião porque, aliás, ela já tinha sido adiada da semana passada para cá, então resolvemos manter e eu espero que a pauta seja vencida, se for possível até em tempo dos Conselheiros acompanharem a posse ou pelo menos a transmissão do cargo lá na ANA às 18h00min, eu vou até providenciar aqui os nomes de todos os senhores para pedir que seja registrado lá na entrada o convite para acompanhar pelo menos a transmissão do cargo na ANA, porque essa daí eu também pretendo acompanhar. Enfim, eu não tenho muito que dizer não presidente, apenas isso, dar boas vindas e agradecer aí a presença de todos os senhores.

**O SR. GENIVAL NUNES SILVA (Sergipe)** – Obrigado, Doutor Nilo. Bom, a primeira proposta é uma proposta de inversão de pauta. O item 2.3 – proposta de criação do Grupo de Trabalho sobre papel reciclado, é a proposta de criação do Grupo para debater a reciclagem de papel e definição de conceitos e parâmetros para papéis reciclados. Proposta encaminhada pelo departamento de Economia e Meio Ambiente. Quem está representando o Departamento? Ainda não chegou. É só uma sugestão, é um item relativamente breve, nós discutimos muito exaustivamente na reunião passada, eu acho que já vem bem encaminhado inclusive como vai a discussão. Então, vamos seguir a pauta normal e pára no momento que chegar. Então vamos ao item 1. Vamos ao item 1, lembrando mais uma vez que hoje é um dia importante, de discussões importantes, mas que também tem a posse do Ministro que nós vamos ter que dar uma agilizada. A nossa última reunião nós enfrentamos o almoço e conseguimos vencer a pauta às 14h00min, não foi muito fácil, mas ficamos com a tarde mais livre e pudemos trabalhar melhor. Vamos lá então, proposta de Resolução que estabelece diretrizes gerais para a definição e implementação de indicadores de aplicação e cumprimento de normas ambientais. Grupo de Trabalho específico para discussão e desenvolvimento de indicadores de implementação de norma ambiental. Tramitação: devolvida pela Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos para definição dos seguintes aspectos: quem fará o monitoramento das normas ambientais? Quem estará sujeito à avaliação e ao monitoramento? Como será feita a avaliação e o monitoramento? Qual será o recorte? Será por atividade? Por setor? Por Estado? Se for feito por indicadores quais serão as diretrizes básicas para a definição dos indicadores? Qual deverá ser a forma de apresentação dos resultados de avaliação e monitoramento? O primeiro momento que esse tema veio à Câmara, as discussões foram exaustivas, tivemos um dia bastante proveitoso de discussão e encaminhamos, foi para Jurídica, ia para a Plenária do CONAMA, voltou e estamos aqui fechando, tentando fechar. Eu abro a primeira discussão para algumas propostas e alguns encaminhamentos.

**O SR. FERNANDO CAMINATI (Secretaria do CONAMA)** – Presidente, eu queria dar só uma palavra, só para esclarecer o que aconteceu na Jurídica. Bom-dia a todos. Na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos esse tema foi também discutido bastante, houve pedido de vistas formulado pelo representante da CNA e pela representante do MMA que é a procuradora do IBAMA e os Conselheiros da Assuntos Jurídicos estavam em dúvida com relação a uma preliminar no que tange ao formato do encaminhamento, o Grupo de Trabalho havia preparado uma proposta de Resolução e na Câmara Técnica Economia e Meio Ambiente essa proposta avançou

57 e ganhou outros aspectos, mas manteve-se ainda em formato de Resolução. Na de Assuntos Jurídicos houve  
58 uma discussão sobre o formato, se ela caberia numa proposição, numa recomendação ou numa resolução do  
59 CONAMA e isso ainda não foi superado, embora já haja duas tendências bem claras sobre o encaminhamento.  
60 Os Conselheiros da Assuntos Jurídicos chegaram à conclusão de que esses pontos, listados por eles no  
61 resultado da reunião e que eu reproduzi na Ordem do Dia da pauta de hoje, falo do item. 2.1 da 40ª reunião da  
62 Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos que justamente elencou esses pontos que seriam passíveis de dúvida.  
63 Então, antes deles tomarem uma definição com relação ao encaminhamento final, quanto ao formato, eles  
64 gostariam de ver esclarecidos esses aspectos, porque da solução desses aspectos eles pretendem tirar uma  
65 definição se encaminham ao Plenário como resolução ou como recomendação. Então, a princípio é esse apenas  
66 o esclarecimento que eu faço. Devolvo a palavra para discussão.  
67

68 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA (Sergipe)** – Lembrando que da primeira vez que ele veio à discussão ele já  
69 vinha com os indicadores, não é isso? E me parece que a grande evolução dessa discussão foi exatamente tirar  
70 os indicadores para que pudessem ser construídos num determinado momento. Parece-me que há alguma  
71 proposta no sentido de encaminhar um seminário e foi isso discutido também na Câmara, na reunião anterior e  
72 que esse seminário pudesse servir de base para instrumentalizar, para que nós então pudéssemos definir quais  
73 seriam esses indicadores de normas ambientais e, inclusive avaliar outros parâmetros que foram aqui  
74 questionados pela própria Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. Eu não sei se Vanêsa teria algum  
75 encaminhamento nesse sentido.  
76

77 **O SR. FERNANDO CAMINATI (Secretaria do CONAMA)** – Antes, apenas, gostaria de informar que a Dra.  
78 Vanêsa Prestes, do Instituto O Direito por Um Planeta Verde, está hoje aqui representando a ong Caeté, que é  
79 a representante das entidades ambientalistas na CTEMA, em virtude da impossibilidade do Conselheiro Cléber  
80 se fazer presente. A indicação foi formalmente feita pelo André Soares, titular da Caeté no Conama, e dá direito  
81 a voto à Dra. Vanêsa. O Planeta Verde também é autor da matéria que resultou na proposta de resolução sobre  
82 indicadores de cumprimento de normas ambientais, hoje, em pauta.  
83

84 **A SRª. VANÊSCA BUZELATO PRESTES (Instituto O Direito Por Um Planeta Verde)** – Bom-dia a todos.  
85 Houve um processo de profunda discussão no Planeta Verde sobre os rumos dessa Resolução. Porque, na  
86 verdade, ela já tramita há cerca de cinco anos, já passou por debates nas mais diversas Câmaras, mas ao longo  
87 do tempo foram mudando os interlocutores, foram mudando as pessoas dessa Câmara Técnica mesmo que foi a  
88 origem do grupo de estudos, não remanesce mais ninguém daquele período. Então nós entendemos por bem  
89 acolher uma proposição, na verdade, conjunta em discussão com o pessoal do próprio MMA, com a Casa Civil  
90 no sentido de nós aprofundarmos essa matéria num seminário que seria realizado num prazo acordado com  
91 essa Câmara, na verdade não é um seminário amplo, mas uma reunião ampliada na qual nós pudéssemos  
92 estabelecer um diálogo mais profícuo, porque o nós temos verificado é que há uma incompreensão da  
93 proposição, até por esse retorno da Jurídica com tantos itens, o que são esses indicadores, é porque não  
94 maduro. Então vai chegar ao plenário e nós vamos ter de novo certamente problemas dessa ordem e  
95 entendemos, acho que o processo de maturidade institucional nossa inclusive, que em função da própria  
96 mudança toda que ocorreu há a necessidade de aprofundar temas, até porque aqueles que vão implementar têm  
97 que ser sabedores do que isso significa. E o registro maior é que o objetivo dessa Resolução na avaliação das  
98 normas em si não é criar indicadores de qualidade, não é trabalhar o varejo especificamente, mas o atacado,  
99 quais são os nossos grandes temas, então vamos tentar construir nesse sentido. E me parece pelas conversas  
100 preliminares que há uma, digamos assim, um consenso da possibilidade de nós realizarmos essa reunião  
101 ampliada. A nossa sugestão é que seja em agosto em função do prazo eleitoral e tudo para não deixar. Agora  
102 em junho nós temos a reunião do Plenário, então os Conselheiros já têm agenda. Julho é o mês conturbado para  
103 alguns, para professores seria mais difícil e gostaríamos que fossem convidados para essa reunião ampliada o  
104 Conselheiro Junqueira do Governo de Minas porque acompanhou todo o tempo essa Resolução e teve uma  
105 importante contribuição, então nós gostaríamos que fosse especialmente convidado por essa Câmara para  
106 participar. E a professora Maria do Carmo da UNB – Universidade de Brasília que é uma das pessoas que  
107 também assessorou tecnicamente a elaboração desse trabalho.  
108

109 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA (Sergipe)** – Conforme acordado, nós havíamos discutido a sugestão do João  
110 Carlos, que nós parássemos na medida em que chegasse o companheiro Luiz Fernando Merico do  
111 Departamento de Economia e Meio Ambiente. Então, fica o indicado do seminário, nós damos uma pausa,  
112 vamos para a apresentação do item 2.3 e depois nós retomamos o item 1. Ok então? Tudo bem?  
113

114 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA)** – Eu estou passando uma lista aqui do João  
115 Carlos, o Elcio já está assinando ali, colocando o nome e a entidade para nós encaminharmos lá para o Palácio  
116 do Planalto, incluir lá entre os convidados para as 15h00min, se a Câmara concluir até lá vocês são os nossos  
117 convidados lá para a posse no Planalto à 15h00min.  
118

119 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA (Sergipe)** – Uma feliz coincidência. Então, eu convido o Doutor Luiz Fernando  
120 Merico para apresentar a sua proposta de criação do Grupo de Trabalho sobre o papel reciclado. Lembrando

121 VanêscA, você não estava na nossa última reunião, essa proposta foi apresentada, nós discutimos que talvez  
122 pudesse ser ampliada a outros seguimentos, levasse em conta a questão do a3p e pudesse inclusive avançar  
123 em outros segmentos para essa coleta seletiva, avançasse mais. E essa proposta então retorna agora e me  
124 parece que já passando por esse filtro aí, por esse adensamento de pensamentos. Então com a palavra, doutor  
125 Luiz Fernando Merico.  
126

127 **O SR. LUIZ FERNANDO KRIEGER MERICO (DEMA/SECEX/MMA)** – Bom, obrigado pela oportunidade. Bom-  
128 dia a todos os membros da Câmara Técnica, a todos os que estão aqui acompanhando a reunião. Eu queria  
129 apenas inicialmente contextualizar um pouco a razão pela qual nós fizemos essa proposição e ela está  
130 relacionada ao fato de que nós temos, na medida em que começamos a avançar com matemática que nós  
131 consideramos bastante importante, que é a temática das compras públicas sustentáveis, nós tivemos esse  
132 percalço, tivemos essa dificuldade de tratar do tema papel reciclado. Bom, compras públicas sustentáveis é para  
133 nós um tema importante pela sua dimensão, compras públicas no Brasil reúnem aproximadamente 15% do PIB  
134 em média, algumas regiões do País chegam próximo de 30% do PIB, no caso a média do Brasil está em torno  
135 de 15%, é um volume de recursos considerável, um volume de recursos enorme e essa quantidade de recursos  
136 pode ser utilizada de maneira a induzir a produção no sentido de sustentabilidade para que ela seja cada vez  
137 mais sustentável, pode abrir mercados para bens ambientais e enfim transformações bastantes profundas no  
138 processo produtivo em direção a sustentabilidade podem ser estimuladas e induzidos pelo uso mais intensivo do  
139 poder de compra do poder público, que hoje não é utilizado com essa intenção, com a intenção de tornar a  
140 economia mais sustentável e também de inclusão social, de justiça social, ou seja com benefícios ambientais e  
141 sociais. Então, esse é um objetivo nosso que nós vimos tentando estudar em três frentes na verdade. Nós temos  
142 uma frente interna, dentro do Ministério do Meio Ambiente, que envolve o Ministério do Meio Ambiente e as suas  
143 entidades vinculadas, IBAMA, Jardim Botânico, Chico Mendes, ANA e o próprio Ministério que dá um poder de  
144 compra de aproximadamente 500 milhões de reais, é um poder de compra, comparado com outros Ministérios  
145 da Esplanada dos Ministérios, bastante modesto, mas enfim é um poder que pode ser utilizado para conduzir a  
146 economia nesse sentido. Uma outra frente de trabalho é junto com o Ministério do Planejamento e visa à  
147 constituição de um Decreto presidencial implantando, criando todas as condições, de implantação das compras  
148 públicas sustentáveis no Governo Federal. E uma terceira frente de trabalho é junto com uma série de atores,  
149 várias entidades e também o Governo Federal, nós estamos construindo uma proposta que foi batizada de  
150 iniciativa nacional em compras públicas sustentáveis que visa à capacitação dos Estados e municípios. Então,  
151 são três frentes de trabalho na área de compras públicas sustentáveis. Alguém poderia de imediato perguntar:  
152 bem, e a 8.666 permite esse tipo de iniciativa? Nós conseguimos incluir na reforma da 8.666 no ano passado um  
153 pequeno item, um pequeno inciso, na verdade, no art. 15 que coloca lá a possibilidade de considerar as  
154 questões ambientais na hora da compra, isso já resolve tudo. Evidentemente a lei ainda está em discussão, tem  
155 uma série de questões que não esta, polêmicas com relação a, me parece que é com relação à obrigatoriedade  
156 ou não de publicação em jornal de grande circulação de licitações e tudo mais, o que para os jornais parece ser  
157 uma grande fonte de recursos, mas hoje com internet e etc. isso não faz mais sentido, então há uma intenção de  
158 acabar com isso, mas a discussão está nesse nível. Agora, independente da alteração ou não da 8.666 há já um  
159 conjunto de Pareceres jurídicos que dão ampla possibilidade da implantação desse tipo de programas em  
160 estados brasileiros, já é o caso de Minas Gerais, o caso do Estado de São Paulo, vários municípios e nós... Na  
161 hora de construir o edital... Mesmo porque a compra pública sustentável economia recurso para o Estado,  
162 quando nós compramos lâmpadas que economizam energia o Estado está economizando, quando nós  
163 compramos produtos que eliminam a necessidade de descarte, eliminam custos enfim, então é um fator de  
164 economia para o Estado e hoje o grande atestado disso nós achamos é a Controlaria Geral da União e o  
165 Tribunal de Contas da União que adota as compras públicas sustentáveis. Nós tivemos há uma semana e meia a  
166 atrás a publicação então da Portaria no Ministério do Meio Ambiente que implanta esse processo. Um dos itens é  
167 papel. Então, nós desejamos aumentar a compra de papel reciclado. O que aconteceu então quando nós  
168 começamos a mergulhar nesse problema? Nós começamos a visitar as indústrias e começamos a mergulhar no  
169 mercado, ver como é que funciona esse mercado, ver como é que está a situação da produção, tanto da  
170 produção, olhando sob todos os aspectos: produção, demanda enfim, tudo, os aspectos dessa cadeia produtiva.  
171 E logo de imediato ficamos assim bastante impressionados com o fato de que o papel que é colocado no  
172 mercado hoje, o papel reciclado como, por exemplo, esse aqui, exatamente esse, ele não utiliza papel pós-  
173 consumo. A quantidade de massa pós-consumo nessa sopa aqui que produz o papel, que vai produzir o papel  
174 depois, ela é praticamente zero, ela é extremamente marginal. Como que é produzido esse material hoje? Esse  
175 material é produzido com chamadas aparas, são as aparas que são pré-consumos, são restos do corte.  
176 Normalmente esse material era conduzido para a produção de papelão, papel ondulado e papelão que é o  
177 material de mais baixo, não tem a qualidade de um papel de imprimir e escrever, esse é papel de grande  
178 qualidade. Então, na medida em que o mercado passa a demandar material reciclado, se começou a desviar  
179 aparas para a produção desse material, que é o que as grandes empresas hoje produtoras fazem, por exemplo,  
180 Suzano, International Paper etc. fazem para atender o mercado, mas então, nós nos deparamos imediatamente  
181 com esse problema, ou seja, na medida em que nós vemos passar a comprar papel reciclado em uma  
182 quantidade maior, cuja intenção nossa é estimular uma economia de caráter circular, ou seja, que nós tenhamos  
183 cada vez mais os bens, os matérias girando dentro da economia e não mais apenas aquela economia linear que  
184 nós tínhamos no passado: extração, produção, comercialização, consumo e destinação final, não é mais isso

185 que nós desejamos, nós desejamos a construção de uma economia circular. Então, nós queremos que material  
186 entre, o material usado, entre para compor a massa de material que vai ser novamente reutilizado, inclusive com  
187 material de imprimir e de escrever, que hoje é possível, mas não há uma normatização para isso. Então, a  
188 grande questão é que quando nós começamos a discutir papel reciclado, nós esbarramos de imediato no  
189 problema de o que é material reciclado. Então, esse material hoje é composto em média de 20 a 30% de aparas,  
190 que é material pré-consumo, e 70 a 80% de material virgem, compõem isso, inclusive essa cor que nós vemos  
191 aqui não é a cor do material, é uma tinta para dar esse aspecto, é uma pigmentação para dar esse aspecto  
192 assim de material reciclado. Claro, porque isso é uma questão de mercado, eu não estou culpabilizando  
193 ninguém, eu só estou dizendo que há uma necessidade de nossa parte hoje, se nós vamos implementar  
194 compras públicas sustentáveis, nós vamos começar a comprar papel reciclado para estimular a coleta, para  
195 estimular cooperativas, para estimular o retorno desse material ao mercado aí nós temos que definir o que é o  
196 reciclado. Então, o quanto pode de aparas, está tendo até um problema agora nesse negócio de desviar aparas  
197 para esse tipo de material que está sendo utilizado matéria virgem nesse momento para produção de papelão,  
198 material inferior. Então, começamos através de uma intenção muito positiva de gerar uma economia mais  
199 circular, de utilizar, de aprofundar a reciclagem e etc. na prática nós, por falta de definições, nós passamos a  
200 produzir uma distorção no mercado, o que não é bom para a empresa, não é bom para mercado, não é bom  
201 para a empresa, não é bom para a sociedade, não é bom para o ambiente. Então, essa é uma grande  
202 necessidade de nós conseguirmos dizer então o que é o reciclado, quanto de pós-consumo teria que haver  
203 dentro dele para nós considerarmos isso um papel reciclado, quanto que nós podemos permitir de pré-consumo?  
204 E quanto que nós podemos permitir de material virgem na composição de um produto que nós possamos  
205 chamar bem: isto é um papel reciclado e que possa ser vendido para a sociedade como reciclado. Então, hoje o  
206 que nós temos de reciclados pós-consumo circulando é algo que não tem como contabilizar de tão marginal que  
207 é, claro que existe, mas é extremamente marginal e não tem significado hoje na quantidade de papel que é  
208 utilizado pela sociedade. Evidentemente a matéria virgem sempre vai ter o seu espaço porque sempre vai ser  
209 necessária a adição de uma parcela de matéria virgem para compor o papel, isso é necessário. Agora uma parte  
210 disso é o material usado que retorna, enfim, nós vamos com isso construindo mecanismos de sustentabilidade  
211 para a economia, dentro de uma característica progressiva. Só que nessa questão de papel nós estamos meio  
212 sem condições de avançar por conta de uma falta de definição. E uma outra vertente que é a seguinte: que  
213 também faz parte dessa discussão é que as características desse material também devem ter características  
214 que definam o seu uso. Portanto, o que eu estou querendo dizer com isso? Que um papel de imprimir e de  
215 escrever, para ser chamado de reciclado, então ele vai ter que ter determinadas características que permitam  
216 que ele seja identificado e também que ela tenha um uso que, por exemplo, não estrague as impressoras, ou  
217 seja, ele tem que ter uma característica técnica de rugosidade, de acidez que permita o seu uso e permita o seu  
218 arquivo em virtude da sua durabilidade. Então não é apenas a composição, mas sim as suas características  
219 técnicas que permitam dizer: determinado papel pode ser utilizado para capa de um processo e outro pode ser  
220 utilizado para escrever, ambos reciclados, só que são dois materiais diferentes, assim como esses dois são  
221 diferentes aqui, isso é material, isso é uma produção, uma linha produtiva, isso aqui é outra linha produtiva  
222 completamente diferente. Então, nós também vamos começar a definir isso, determinado papel é capa e não sei  
223 o que, o outro é material de imprimir e de escrever, outro é de embalagens, enfim. É um campo no qual nós  
224 ainda não entramos e na medida em que a sociedade passa a demandar do setor produtivo um determinado  
225 produto nós temos aí a necessidade de regulamentar isso, de qualificar, de dizer o que é em virtude de hoje  
226 realmente nós não temos definição nenhuma. E isso acaba de certa maneira confundido um pouco a sociedade,  
227 todo mundo quer essa cor porque se habituou a isso, mas não é necessidade, nós podemos, por exemplo,  
228 comunicar a sociedade que determinado papel é reciclado sem a necessidade de adicionar uma tinta, mas para  
229 isso nós temos que ter uma garantia, olha o papel reciclado compõe-se de: tantos por cento disso, tantos por  
230 cento daquilo, fora isso não é papel reciclado. Então, isso conduz a economia, conduz a empresa, orienta todo  
231 mundo, orienta o poder público e nós passaríamos a ter um incentivo muito grande à reintrodução desse material  
232 dentro dessa massa de celulose que compõem a quantidade de papel que circula na economia. Então a nossa  
233 agonia, a nossa demanda, a proposição é que nós tivéssemos um processo, eu lamento porque eu não conheço  
234 tão bem assim a estrutura do IBAMA, é um Grupo de Trabalho que pudesse se aprofundar e nós num  
235 determinado tempo pudessem ter aí uma resposta à sociedade sobre o que é isso para o Brasil, pelo menos  
236 para nós, o que significa isso. E assim orientando as compras e, inclusive as compras públicas, porque se nós  
237 temos a capacidade de utilizar bem esses recursos e passamos a utilizá-los, com essa maneira eu não tenho  
238 dúvidas que nós vamos estar, estaremos nesse sentido fazendo um grande trabalho para a sociedade e aí para  
239 que isso possa avançar necessitamos de uma regulamentação. Esse é o cenário, eu não sei se eu poderia  
240 explicar um pouco melhor alguma dúvida, alguma coisa nesse sentido. Essa é a motivação do nosso  
241 questionamento.

242  
243 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA (Sergipe)** – Feita a exposição. A motivação do Grupo de Trabalho, lembrando  
244 que essa proposta está voltando, ela já foi encaminhada na reunião passada e está voltando à discussão nesse  
245 momento.

246  
247 **O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRH/MMA)** – É altamente elogiável as motivações e todas as  
248 providências, a criação de programas que estimulem as compras públicas a se dedicarem a materiais reciclados

249 ou recicláveis nessa ordem. Agora, eu tenho algumas dúvidas e algumas preocupações. Por exemplo, talvez a  
250 definir o que nós consideraremos papel reciclado em termos percentuais até isso mesmo eu tenho dúvidas com  
251 relação... Mas até mesmo definição desse percentual de composição que seria uma das coisas possíveis... Mas  
252 sendo bastante objetivo, composição, rugosidade, gramatura, isso tudo eu, para ser curto e grosso, eu acho que  
253 foge da competência do CONAMA. Transborda e muito, você entra no processo produtivo, existe o Instituto  
254 Nacional de Metrologia e Normatização e existe o Ministério da Indústria e Comércio. Então, tem um monte de  
255 gente que estabelece a esse papel, tal papel, gramatura de não sei quanto, rugosidade “x, y, z”, aliás tem um  
256 monte de tipo de papel, dezenas de tipos de papel. Eu creio que dentro do CONAMA nós não temos nem  
257 capacidade técnica para esse tipo de abordagem. Agora, a idéia é importante, talvez buscar a definição do  
258 conceito do que é reciclado. É reciclável, é considerado reciclado com 10%, com 15%, com 20%, isso seja  
259 importante, não sei se será feito por aqui. Essas características especiais de gramatura e tudo mais  
260 necessariamente eu acho que não é por aqui, inclusive não temos nem como fazer esse tipo de abordagem, mas  
261 toda a questão de programas e tudo mais é importante. Eu não estou querendo jogar água na fervura, eu estou  
262 querendo externar a preocupação, como contornar isso, basicamente isso. Não, não é nem Resolução, eu não  
263 sei se cabe Resolução, a primeira coisa que nós temos que ver é o seguinte: é competência do CONAMA, o  
264 CONAMA pode adentrar nesse tema, senão daqui a pouco ele vai estar definindo fórmula de agrotóxicos,  
265 embora ele licencie agrotóxicos, mas não quanto à fórmula, mas quanto aos seus efeitos. Então, tem que ter  
266 algumas colocações, tem a ver, mas tem a ver talvez com outro enfoque, sei lá, eu estou fazendo aqui o meu  
267 turbilhão de idéias externando para vocês uma preocupação, mexemos com agrotóxicos? Mexemos, mas não  
268 mexemos com a forma, não mexemos com a aplicação propriamente dita, mas mexemos com os efeitos no meio  
269 ambiente. Mexemos com papel reciclado, mexemos com licenciamento da fábrica, mexemos com aterro  
270 sanitário, mexemos com sistemas do a3p na administração pública, na coleta, reciclagem, separação, tudo isso  
271 nós mexemos. Agora quanto a aspectos de gramatura, quanto a aspectos de rugosidade, composição  
272 propriamente dita aí é que eu tenho a minha dúvida.

273  
274 **A SRª. VANÊSCA BUZELATO PRESTES (Instituto O Direito Por Um Planeta Verde)** – Eu acho que essas  
275 discussões são as que mais nos desafiam porque, na verdade, ninguém tem essa atribuição desse debate,  
276 atribuição legal, inclusive. Primeiro eu queria dizer que eu concordo com o Roberto bastante com a preocupação,  
277 porque nós gastamos muita energia em várias discussões que no final acabam, se não não levando a nada,  
278 retrocedendo em muitos aspectos. Mas o que me parece é que nas Câmaras Técnicas nós temos que  
279 amadurecer muito é a discussão de formação desses conceitos e o que eu tenho para mim e daí vem a pessoa  
280 que trabalha com direito falando, procuradora do município que lá Porto Alegre enfrentou, nós temos uma lei do  
281 papel não clorado, a lei municipal que exige a utilização num percentual de papel não clorado e temos  
282 exatamente essa dificuldade de identificar lá na licitação tendo lei, tendo tudo isso, o que me parece é que não  
283 tem óbice nenhum é que para os fins ambientais considera-se tal, considera-se papel não clorado isso, papel  
284 reciclado aquilo, foi o que nós construímos lá e isso há mais de dez anos. Então, temos que ter preocupação  
285 sim, mas mais do que a preocupação jurídica, essas definições técnicas elas urgem, até para serem pautadas  
286 essas outras questões. Eu acompanhei um pouco a discussão da lei de licitações por força da atividade  
287 funcional e um dos temas é esse, o outro tema que também vem na questão de como tratar as questões contra  
288 majoritárias é a utilização das pequenas empresas, da agricultura sustentável para as compras públicas. Então,  
289 são várias frentes que estão sendo enfrentadas nas licitações que vêm com este viés de como fazer a inclusão  
290 social a partir das compras públicas, práticas ambientalmente adequadas, como trabalhar a questão da mão-de-  
291 obra oriunda dos nossos processos de trabalho de adolescentes que devem ser inseridos socialmente, quer  
292 dizer, são várias áreas que estão se inserindo dentro da Administração Pública a partir de um viés  
293 constitucionalmente adequado porque trata a questão da contra majoritriedade, dos direitos fundamentais e etc.  
294 e tal. Então tem toda uma teoria constitucional por trás disso que acaba esbarrando nesses aspectos práticos  
295 que ele está nos trazendo. Então o que eu deixar assim é que juridicamente nós temos que amadurecer mesmo  
296 os caminhos, agora as definições são fundamentais e o Grupo de Trabalho tem por excelência esse papel. O  
297 que nós vamos fazer depois se, como disse o nosso colega da CNA, se vai ser uma Resolução, se vai ser uma  
298 Recomendação, se até certo ponto é Resolução, a partir de, que internamente pode ser Resolução para o  
299 sistema e externamente pode ser Recomendação é outro problema. Nós temos passos a caminhar, podemos  
300 convidar pessoas, agora o acúmulo dessa discussão é necessário porque são aquelas matérias transversais que  
301 a sociedade está discutindo e se não for o nosso Conselho que vai fazer quem que vai ter essa atribuição? Esse  
302 olhar da transversalidade é um olhar que exige isso que está sendo nos trazido. Então a minha preocupação é  
303 ao mesmo tempo em que isso é relevante, nós não podemos fazer do jurídico um obstáculo porque é o próprio  
304 jurídico a partir dessa noção de uma sociedade que está exigindo isso a partir da Constituição, da possibilidade  
305 de tratar diferente os desiguais e etc. e tal, que está exigindo que nós tratemos dessa maneira e nós acabamos  
306 na política pública concretamente ficando limitado por uma visão Jurídica que não acompanha isso tudo. Então,  
307 eu queria aderir à proposta e dizer que ela é muito salutar e da nossa realidade lá, eu acho que faz mais de dez  
308 anos que nós temos, é fundamental, porque tem os editais, tem isso e tem outra situação que é  
309 interessantíssima que é nas licitações uma lei municipal que diz o seguinte: que precisa ter uma certidão de que  
310 os contratos não fazem trabalho escravo e não exploraram criança e adolescente. Então o que acontece? Não  
311 são todas as DRTs do Brasil que têm essa certidão, então quer participar do Congresso do Planeta Verde em  
312 São Paulo, os de Porto Alegre passam o maior trabalho, porque para pagar inscrição tem que ter a certidão que

313 São Paulo não emite, então, é uma coisa simples, mas falta articulação para poder trabalhar essas questões  
314 novas que estão surgindo.

315  
316 **O SR. LUIZ FERNANDO KRIEGER MERICO (DEMA/SECEX/MMA)** – Como preocupação do Roberto, mas vai  
317 um pouco nesse sentido que a Vanêsa falava, ou seja, a conceituação que é o fundamental, na verdade vários  
318 aspectos compõem esse cenário, certamente nem todos possam ter o olhar do CONAMA, mas o aspecto  
319 fundamental de tudo isso é o elemento conceitual, esse é o fundamental, é o que é reciclado. E nesse caso essa  
320 discussão nós também tentamos fazer preliminarmente e não vislumbramos outro fórum que pudesse abrigar  
321 essa discussão. Aí resolvemos que, bom, então vamos conduzir essa questão ao CONAMA porque é o fórum  
322 que nós enxergamos, é o espaço que nós enxergamos como possível para tirar algumas definições que possam  
323 orientar o mercado, que possam orientar a empresa, o poder público, a sociedade enfim, e jogar um pouco de  
324 luz sobre isso, porque é um problema que hoje poucos ainda percebem, porque poucos sabem desses detalhes  
325 produtivos enfim, mas é uma questão que tende a se agravar. Então eu acredito que é o momento correto de  
326 nós buscarmos algumas definições que dêem essa orientação para a sociedade.

327  
328 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA (Sergipe)** – Na última apresentação eu botei muito o dedo nessa ferida aí e  
329 coloquei alguns funcionamentos que hoje eu fiz uma nova construção na minha cabeça e realmente já tenho...  
330 Inclusive com relação ao que colocou o Roberto, é evidente que alguns seguimentos da sociedade têm acúmulo  
331 desse conhecimento e esse acúmulo pode ser até aqui filtrado ou aqui pode ser aglutinado ou pode ser  
332 organizado até para que se faça essa norma, que se dê esse encaminhamento ao que você propõe da utilização  
333 do papel reciclado. Eu só penso da seguinte forma: poderíamos ter hoje o papel, amanhã teria o do plástico,  
334 depois... E tudo estaria nas tais das compras, estariam embutidas nas tais das compras, mas se o momento é  
335 discutir o papel pode parecer pouco relevante, eu até quando discuti com um grupo lá no meu Estado, vamos  
336 discutir reciclagem de papel dentro de uma Câmara Técnica, criar um Grupo de Trabalho para isso, mas depois  
337 nós avaliando e discutindo a amplitude disso eu concordo plenamente com a Vanêsa, até porque é uma forma  
338 interessante, o homem ainda não se inseriu a rigor na sua ecologia de humana. Nós nos preocupamos muito  
339 com ambiente que nos envolve, mas estamos discutindo muito pouco aquele ambiente que nós fazemos parte  
340 que é a sua cidade, é o ambiente que ele vive, que queria ou não é o seu ambiente natural, seu ambiente natural  
341 não é a floresta, então esse ambiente que ele vive, esse habitat, essa definição da ecologia humana eu acho que  
342 passa sim por essas discussões, até o seu colega na última apresentação ele colocou, por exemplo, talvez você  
343 não saiba, mas um papel reciclado se ele for colocado para arquivo ele vai acabar em dois, três anos. Então se  
344 você não tem definição de que tipo de papel é aquele que vai para o arquivo você pode estar guardando em  
345 arquivo um papel reciclado que não vai durar. E coincidentemente eu tinha uma agenda lá de uma determinada  
346 empresa que era toda de papel reciclado, ela não durou um ano, o bicho comeu. Eu acho interessante a questão  
347 da definição realmente de papel reciclado. Então, eu acho que esse se não há outro fórum, esse é o fórum  
348 mesmo, por que não? Eu acho que é interessante mesmo que se discuta aqui, que se crie esse Grupo que forma  
349 quem nós vamos trazer para aglutinar nesse conhecimento e construir esse alinhamento, aí é outra história, mas  
350 eu particularmente acho bastante interessante.

351  
352 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Só para tentar dar uma ajudada na discussão dessa proposta, isso  
353 que o senhor colocou do problema de armazenar papel. Nós tivemos lá na CNA alguns anos um trabalho entre  
354 os funcionários, um pouco disso que você disse, de nós entendermos um pouco de onde nós trabalhamos, onde  
355 nós vivemos e até um pouco de como armazenar documentos. E quando o senhor falou isso agora me deu um  
356 estalo aqui se não me engano o Ministério, existe normas e parâmetros para papel, pasta, plástico e etc., tudo já  
357 existe uma norma para isso, já tem tudo normatizado, por exemplo, que você falou agora que em um ano, dois  
358 anos o papel se desgasta, então tem a forma como você guardar o papel, tem a forma como você, não pode  
359 grampear o papel, você não pode colocar cliques, em que tipo de papel você vai guardar o outro papel e eu acho  
360 que isso já é normatizado por outro Ministério e acho que é até norma de Ministério. Então assim, eu não vou  
361 afirmar aqui qual o Ministério e nem qual é o nome dessa norma, mas eu me lembro que isso foi apresentado  
362 para nós numa reunião interna da CNA. Então eu entendo um pouco aqui, não é da minha área a parte de papel  
363 reciclado, minha área é agricultura, mas eu vejo que nós estamos indo um pouco além do que o CONAMA pode  
364 dizer em cima de definições, porque até pensei no INMETRO que é o órgão que faz todos os padrões brasileiros.  
365 Então, eu não sei se o CONAMA poderia fazer uma proposição ao INMETRO, aí seria uma proposição, nós não  
366 entraríamos em parâmetros, não entraríamos em nada, só uma proposição ao INMETRO solicitando em virtude  
367 disso e disso de vários parâmetros que aqui podem ser colocados que se crie um novo parâmetro para o papel  
368 reciclado em cima do que o colega aqui do Ministério está desejando. Porque eu peguei a Lei 6938 e eu não  
369 consegui achar dentro das competências do CONAMA onde nós poderíamos nos enquadrar.

370  
371 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA (Sergipe)** – Você já chegou a fazer essa busca.

372  
373 **A SR<sup>a</sup>. VANÊSCA BUZELATO PRESTES (Instituto O Direito Por Um Planeta Verde)** – Na verdade, existe  
374 tudo isso sim, nós temos o padrão técnico para microfilmagem, nós temos uma lei que dispõe sobre isso só que  
375 esses padrões todos eles têm o critério É a segurança dos documentos, ele não é um critério ambiental. Então  
376 por isso quando nós falamos em transversalidade o que nós estamos dizendo? Nós estamos dizendo: olha,

377 como é que nós podemos para essa sociedade que já tem critérios que não discutem a questão da escassez dos  
378 recursos naturais, como é que nós podemos, também com segurança, propor que sejam adotados critérios? É a  
379 mesma discussão da 8666, quer dizer, não adianta nada lá botar que tem que comprar papel não clorado se eu  
380 não souber o que é papel não clorado, porque nós não temos esse padrão hoje, e quem é que vai fazer esse  
381 acúmulo de discussão se não são os órgãos ambientais por intermédio dos seus setores técnicos. É exatamente  
382 esse o ponto e, na verdade, não são só, nós estamos fazendo isso em vários momentos, para várias discussões,  
383 como é que se coloca o elemento ambiental, nas cidades se faz isso o tempo inteiro, quando introduz os  
384 elemento aí, quando começa lá na Administração Pública tem que reutilizar, daí os cartuchos de tinta vão para  
385 outra área, os cartuchos de tintas que acabam com as impressoras, quer dizer, são processos que nós vamos  
386 ter que ir aos poucos, quem é que vai desenvolver isso, o mercado? Talvez. Agora para além do mercado, aqui  
387 que é o nosso Conselho Nacional tem essa atribuição das discussões, das políticas, e aí tem a atribuição da  
388 discussão das políticas públicas de um modo geral, da discussão dos padrões técnicos, isso é padrão técnico,  
389 está um pouco diferente daquilo que nós estamos acostumados a discutir? Sim. Mas por quê? Porque os nossos  
390 desafios estão diferentes, os desafios dessa sociedade estão diferentes. Então, eu acho assim, nós temos que  
391 fazer essa discussão, nosso papel hoje é fazer florescer, porque é exatamente isso, quer dizer, nós temos dados  
392 só que esses dados todos, essas legislações todas não dialogam com aquilo que nós estamos precisando, não é  
393 só na nossa área, em outras também está acontecendo.

394  
395 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA (Sergipe)** – Não traz o viés ambiental, essa é a realidade. Pode até normatizar  
396 tudo, mas não traz esse viés que para nós é fundamental, talvez nós estejamos colocando o dedo numa ferida  
397 maior e nós vamos ter que normatizar muitas outras coisas futuramente, é um perigo? Não, mas é um, é bom  
398 ficar muito claro que tudo isso pode avançar, daqui a pouco nós vamos discutir plástico, mas eu acho que é  
399 interessante.

400  
401 **O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRH/MMA)** – Eu volto a externar a minha preocupação.

402  
403 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA (Sergipe)** – Com a palavra do Roberto, nós fechamos as inscrições e vamos  
404 encaminhar a votação.

405  
406 **O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRH/MMA)** – Como eu falei no inicial a minha preocupação é  
407 internalizar preocupações ambientais, o princípio da transversalidade tem sido a nossa política o tempo todo, de  
408 todos que compõem esse Ministério, isso é fundamental, o Meio Ambiente tem que estar, as questões de  
409 padrões ambientais têm que estar colocadas em tudo. Só que a minha colocação inicial foi um pouco diferente,  
410 veja bem. Introduzir, encetar a questão ambiental nas diversas áreas de conhecimento, nas diversas áreas  
411 produtivas é uma coisa. Chamar para si a competência de definição de padrões de produção é diferente. E essa  
412 é que é a minha preocupação, senão daqui a pouco nós vamos definir composição de plástico, nós vamos definir  
413 composição de ferro e aço, nós vamos definir composição de alumínio e aí passamos a ser o centro do mundo,  
414 até do satélite brasileiro que foi encaminhado vai ter que ter lá o... O satélite é até uma brincadeira, mas a  
415 preocupação maior minha é o seguinte: eu estou vendo uma dificuldade de competência, porque existem  
416 instituições efetivas que cuidam desse tipo de preocupação com relação a todos os critérios que devem ser  
417 colocados no papel, no plástico e tudo mais e, aliás, não existe só um papel, existem dezenas e dezenas de  
418 tipos de papel e cada um deles normatizado, até porque eles são configurados lá e tem o mercado e são  
419 específicos para cada um, papel de ler e escrever, papel para impressão, cada um tem a sua forma de  
420 composição distinta. Eu acho que nós podemos primeiro, as questões dos programas que estão sendo  
421 colocados pelo Ministério são fundamentais, aumentar a participação de demanda com relação a esses materiais  
422 e talvez também chegar a um denominador comum, um acordo do que pode ser considerado como reciclado,  
423 10% de pós-consumo, não do pré-consumo das aparas, as aparas para mim é papel do mesmo jeito, inclusive  
424 você me deu até uma novidade que eles estão fazendo isso considerado papel reciclado, para mim apara entra  
425 no processo direto do papel padrão. Então, quando você falou que reciclado é isso, para mim não é reciclado  
426 isso, não é reciclado mesmo. Agora o pós-consumo, quantos por cento do pós-consumo do papel usado  
427 efetivamente com tinta, papel jornal, essa coisa toda que será considerado como reciclado num processo de  
428 composição? 10%, 15%, 20%, 50%? Então, isso é negociação que nós precisamos talvez aprofundar na questão  
429 do conceito do que seja papel reciclado. Agora o restante, eu confesso eu acho inclusive que transborda  
430 totalmente acima e além das competências do CONAMA, competência e não capacidade, capacidade nós temos  
431 aqui de chamar os maiores PhDs do Brasil para falar sobre esse assunto, mas a competência é que me deixa  
432 dúvida.

433  
434 **O SR. LUIZ FERNANDO KRIEGER MERICO (DEMA/SECEX/MMA)** – Eu só queria lembrar assim que, por  
435 exemplo, o CONAMA teve um papel muito importante em alguns momentos no passado e em outras situações  
436 que também se mostravam difíceis, foi o caso de pilhas e baterias dizendo a composição. O CONAMA já falou  
437 sobre composição de pilhas e baterias, o CONAMA já disse o que é um pneu remoldado, o que é um pneu novo,  
438 reformado, um tem que ter no ombro, ou sem ombro, enfim, definiu isso e ajudou o Brasil a ganhar a causa no  
439 painel na OMC sobre a questão de pneus, dizendo o que são pneus e como é que deve ser encaminhada a  
440 questão de pneus, pilhas a mesma coisa. Então, eu vejo isso como algo muito semelhante. A questão técnica

441 em si mesmo da característica técnica do papel muitas instituições poderiam dizer, agora há um diferencial  
442 nessa questão que é o seguinte: para nós faz toda a diferença, se esta matéria prima está vindo de novas  
443 árvores cortadas ou se vem de uma cooperativa de catadores, eu estou exagerando um pouco, mas para colocar  
444 que isso faz a diferença no nosso caso. Isso faz a diferença e é essa diferença que nós precisamos ter claro,  
445 qual é a origem desse material do ponto de vista da construção de uma economia circular, do ponto de vista de  
446 uma economia sustentável, do ponto de vista de impulsionar processos que possam nos conduzir a uma  
447 situação melhor do que nós vivemos hoje. Aí sim a diferença é colocada, é claro que, vamos dizer, acidez, etc. e  
448 tudo mais aí de fato talvez um outro órgão técnico possa dizer, mas não é esse apenas o problema e talvez não  
449 precise se abordar o problema exato, vamos supor, da acidez ou da rugosidade, e mesmo porque a guarda de  
450 um determinado documento varia de acordo com a sua importância, existem documentos que têm que ser  
451 guardados por cem anos, agora da quantidade de papel que nós giramos eu imagino o quê? 0,0,0,0 dos  
452 documento que nós usamos são para a guarda de 100 anos, outros são para guardas, como a grande maioria de  
453 15 a 20 anos, isso é facilmente resolvível, com matérias reciclados é facilmente resolvível, então depende  
454 também do fim que vai se dar a um determinado material. Então eu acho essas coisas realmente compõe um  
455 cenário que justifica, na minha opinião, a criação e algumas definições de orientação para a sociedade como o  
456 CONAMA já fez isso.

457  
458 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA (Sergipe)** – Eu acho que tem um ponto importante que você colocou e eu  
459 queria só discutir com os Conselheiros, é a questão da competência. Os Conselheiros enxergam alguma falta de  
460 competência no CONAMA, não está na competência do CONAMA cumprir esse papel? Tem algo que possa ser  
461 discutido nesse sentido? E a questão que foi levantada pelo Roberto parece que é competência do CONAMA  
462 definir isso.

463  
464 **O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRH/MMA)** – Veja bem, primeiro me situar que eu não tenho  
465 absolutamente nada contra a sua proposta, então eu sou favorável, eu sou do Ministério e estou também  
466 batalhando por isso. E a questão que você coloca de pilha e baterias, dos pneus, quando nós definimos nós não  
467 estamos definindo quantos tirantes, qual a resistência estrutural, a bandagem, nada disso. Nós estamos  
468 definindo o que é pneu novo, o que é pneu remoldado, o que é pneu inservível. Quando nós definimos pilhas e  
469 baterias nós não definimos a composição da pilha, nós definimos os elementos limites que vão ser descartados.  
470 Então só pode ter no máximo mercúrio tanto, cádmio tanto, chumbo tanto, entendeu? Então é um problema de  
471 pós-consumo, então, depois de descartado. Então, isso nós podemos fazer, mas não é isso que interessa, nós  
472 não estamos trabalhando com o papel como um efluente, uma coisa de rejeito, não é essa a característica, nós  
473 estamos trabalhando aqui no sentido de que vai ser considerado como reciclado, isso nós podemos fazer. Nós  
474 consideraremos para questões ambientais que só será considerado como reciclado, terá o selo reciclado alguma  
475 coisa que tenha 10, que tenha 15, que tenha 20% de pós-consumo. Agora todo o mais: resistência ao rasgo,  
476 resistência à tração, rugosidade, aí é que eu falo que não tem absolutamente nada a ver conosco.

477  
478 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA (Sergipe)** – Até porque essas definições virão depois. Mais alguém dos  
479 Conselheiros, alguém gostaria mais de emitir opinião? Eu vou encaminhar à votação, porque uma vez que nós  
480 não definimos que é ausência do mérito, que não é competência, admitimos que é competência sim do  
481 CONAMA e dessa Câmara Técnica e a possibilidade de criação do Grupo, eu coloco em votação, nós temos  
482 cinco Conselheiros. Eu coloco em votação. Quem é favorável à criação do Grupo de Trabalho sobre papel  
483 reciclado, com esse objetivo, com esse fim aqui encaminhado pelo Doutor Luiz Fernando Merico que levante o  
484 braço. Então está aprovado por unanimidade. Se houver depois alguma discussão do mérito a Jurídica irá se  
485 pronunciar e aí então terá outro encaminhamento. Está fechado esse ponto de pauta, voltamos então...

486  
487 **O SR. LUIZ FERNANDO KRIEGER MERICO (DEMA/SECEX/MMA)** – Obrigado vocês pela oportunidade, eu  
488 acho que vai ser feito um grande trabalho.

489  
490 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA (Sergipe)** – Vamos definir já o Grupo?

491  
492 **O SR. FERNANDO CAMINATI (Secretaria do CONAMA)** – Nós precisaríamos definir um coordenador entre os  
493 Conselheiros da Câmara e um relator que poderia ser alguém do próprio Departamento de Economia e Meio  
494 Ambiente e também nós precisaríamos colher nomes de pessoas para convidar o Grupo, tanto pessoas que já  
495 trabalham, que já pesquisam com isso, de órgãos públicos técnicos ou entidades privadas interessadas na  
496 questão.

497  
498 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA (Sergipe)** – Tem que ser agora?

499  
500 **O SR. FERNANDO CAMINATI (Secretaria do CONAMA)** – A definição do coordenador precisaria ser agora e  
501 depois nós poderíamos colher ou por e-mail de sugestões dos próprios Conselheiros, do próprio DEMA, poderia  
502 encaminhar também nomes de pessoas para serem convidadas à primeira reunião do Grupo de Trabalho.

503  
504 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA (Sergipe)** – Então vamos escolher o Conselheiro coordenador. Alguém...



505

506 **O SR. FERNANDO CAMINATI (Secretaria do CONAMA)** – O coordenador precisa ser um Conselheiro da  
507 Câmara, mas depois, caso seja necessário, ele pode indicar alguém que o represente, mas tem que ter alguém  
508 como referência, Conselheiro da Câmara acompanhando os trabalhos do Grupo.

509

510 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA (Sergipe)** – Quem se manifesta para ser o coordenador desse grupo, eu acho  
511 que a Vanêscia tem uma manifestação.

512

513 **O SR. FERNANDO CAMINATI (Secretaria do CONAMA)** – Só lembrando que a Vanêscia é Conselheira do  
514 CONAMA, mas está substituindo a entidade que tem assento aqui que é a CAETÉ.

515

516 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA (Sergipe)** – Podemos indicar? Indicaríamos então o Cléber.

517

518 **O SR. FERNANDO CAMINATI (Secretaria do CONAMA)** – Indicaremos a ele e depois temos que fazer a  
519 consulta para verificar se ele se dispõe.

520

521 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA (Sergipe)** – Me parece que ele se manifestou mesmo. Vanêscia, então você  
522 será portadora dessa mensagem. Então a relatoria fica com o DEMA e a Vanêscia será a portadora dessa  
523 mensagem de que o Cleber foi indicado “democraticamente” para coordenar o Grupo [risos]. Fechado então?  
524 Obrigado Luiz. Você indica alguém lá do DEMA para relatar. Voltamos então ao item 2.1, que estávamos  
525 exatamente na proposta do seminário. Você estava com a palavra.

526

527 **O SR. ÉLVISON NUNES RAMOS (MAPA)** – Eu gostaria também, eu acho que complementar a fala do  
528 Fernando que na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos houve realmente uma dúvida, um questionamento com  
529 relação ao conteúdo. Eu acho que ali está retratado aqui na pauta essa questão que trata do conteúdo da  
530 Resolução, mas também houve uma dúvida quanto à forma dela, porque ela tem os considerandos que remete  
531 aquela questão que ela teria que ser proposta ao Conselho de Governo. Então, o Fernando acha que não  
532 colocou que a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos ficou em aberto porque ela julgaria dependendo do que  
533 viesse da Câmara Técnica nossa de Economia e Meio Ambiente eles estariam visualizando se seria uma  
534 proposta ao Conselho de Governo, ou uma Recomendação, ou uma Resolução. Então, isso também vai ter que  
535 ser discutido pelo Grupo de Trabalho num seminário, qual é a melhor forma, então existem dois  
536 questionamentos com relação a esse tema, que é com relação à forma e o conteúdo que foi questionado e eu  
537 coloco até que eu entendo que isso aqui agora é um partido praticamente da estaca zero que nós vamos ter que  
538 definir a forma e o conteúdo desse assunto, como que nós vamos apresentar à Câmara Técnica de Assuntos  
539 Jurídicos. Então, isso também vai ter que ser um tema debatido no seminário, debatido aqui pela Câmara  
540 Técnica qual que vai ser o encaminhamento que vai ser feito, se é uma Resolução, uma proposta ou uma  
541 Recomendação. Obrigado.

542

543 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA (Sergipe)** – Eu acho que, a primeira coisa, já teve, não vai voltar à estaca zero  
544 não porque eu acho que teve algo de muito importante durante essa passagem e essas passagens da  
545 tramitação dessa proposta da Câmara Técnica que foi vencer alguns temores e quando eu cheguei aqui no meu  
546 primeiro dia e foi o meu primeiro dia como presidente para discutir esse tema, o que eu observava era os  
547 temores, eu acho que quando eu cheguei aqui que fui apresentado como presidente, os cantos, eu andei em  
548 vários cantos do Plenário e sentia os temores de a criação desses indicadores poder trazer problema para o  
549 Brasil, poder trazer problema para isso, para aquilo. E eu acho que vencer esses temores foi o primeiro ponto, eu  
550 gosto muito de falar dos temores porque a minha formação em psicologia e eu trabalho exatamente com  
551 psicologia clínica, eu trabalho muito com a questão dos temores e do vencer os temores numa psicologia mais  
552 cognitiva, eu acho que esse ponto já foi interessante, veja que hoje o nível de enfrentamento já é bem outro, nós  
553 temos hoje uma coisa mais apaziguada, mais tranqüila para nós discutirmos o tema que foi terrível no início, eu  
554 me lembro bem daquele primeiro dia, vocês estavam presentes, eu me lembro de você presente, foi um dia que  
555 eu pensei que ia, inclusive tomar uns belos tapas ali no final, mas tudo ocorreu tranqüilamente, porque tive que  
556 ser contundente em determinado momento, eu tive que ter pé firme em algum momento. Por isso eu acho que  
557 mesmo que nós reconstituíssemos tudo já teria um ganho, que é o vencimento desses temores, agora o outro  
558 ponto, a proposta do seminário é exatamente conjuntamente com a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos,  
559 seria um seminário conjunto onde nós pudéssemos avançar à luz do que é temor mínimo, temor dentro da  
560 Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e da Câmara Técnica de Economia e Meio Ambiente. Para falar um  
561 pouco mais sobre essa proposta de seminário a Vanêscia estava já ensaiando alguma coisa para falar sobre  
562 esse seminário.

563

564 **A SRª. VANÊSCA BUZELATO PRESTES (Instituto O Direito Por Um Planeta Verde)** – Na verdade é uma  
565 seqüência da discussão, é difícil voltar à estaca zero de um assunto que já se debate há cinco anos, na verdade  
566 o que se espera é uma simbiose de conceitos, estamos aberto à compreensão, ao debate, ao momento dialético  
567 e paramos que a parte contrária se posicione da mesma forma porque senão nós não vamos a lugar nenhum.  
568 Mas de qualquer forma assim, da Jurídica o que resultou, eu estive na Jurídica, acompanhei o tempo todo, ajudei

569 a montar esses questionamentos, a Andréa estaria aqui hoje se não fosse o encaminhamento de nós fazermos  
570 um seminário para aprofundar determinados, fazer uma reunião aberta para aprofundar determinados temas, é  
571 no sentido, qual é a posição majoritária da Jurídica? Se for resultar num documento para cima, ou seja, para o  
572 sistema, é Recomendação. Se for uma avaliação das próprias normas que é para baixo, ela é Resolução, o que  
573 nós temos concordância. Porque na nossa visualização nós estamos fazendo para baixo, nós estamos fazendo  
574 um processo de avaliação das próprias normas, se não for isso está errado o que está ali, ou está mal  
575 compreendido. Então é exatamente esse impasse que está e me parece que nós vamos resolver fazendo esse  
576 debate no seminário que nós estamos propondo para início de agosto chamando essas pessoas que já  
577 acompanharam a discussão até aquele momento, outros que entenderem que seja adequada, eu acho que nós  
578 podemos fazer um seminário de um dia todo só para essa pauta, porque sem estar premido pelo tempo assim,  
579 para procurar amadurecer mesmo e aparar, porque nós chegamos a um ponto da discussão que não avança até  
580 em função dos interlocutores e eu me coloco nesse ponto. Que não houve mais, não tem mais eco que outra  
581 pessoa disse. Então, vamos tentar recomeçar, eu acho que tu és a pessoa super indicada, eu não sabia da  
582 formação. Já falou, então, é isso. Eu acho que nesse estágio que nós estamos, nesse assunto é ótimo, porque  
583 assim a formação seja essa.

584  
585 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA (Sergipe)** – Me parece que o indicativo é o seminário, é isso? Todos então  
586 concordam com o seminário?

587  
588 **A SR<sup>a</sup>. VANÊSCA BUZELATO PRESTES (Instituto O Direito Por Um Planeta Verde)** – Nós gostaríamos de  
589 tirar uma proposta de data, só para não deixar em aberto.

590  
591 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA (Sergipe)** – Então vamos afunilar agora na questão do seminário. Tudo bem?

592  
593 **A SR<sup>a</sup>. VANÊSCA BUZELATO PRESTES (Instituto O Direito Por Um Planeta Verde)** – Convidando da nossa  
594 parte as pessoas que foram ali indicadas especialmente o José Carlos, a Maria do Carmo é daqui de Brasília  
595 mesmo, mas gostaríamos que ela fosse também convidada.

596  
597 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA (Sergipe)** – Vamos fazer então assim, vamos tentar ordenar da seguinte forma,  
598 vejam se vocês concordam comigo. Primeiramente vamos definir uma data, um mês, agosto é o indicativo, mês  
599 bom.

600  
601 **O SR. FERNANDO CAMINATI (Secretaria do CONAMA)** – Em meados de agosto, tendo em vista que a  
602 Câmara de Assuntos Jurídicos deve se reunir no começo de agosto com vistas à Plenária de setembro. Mas eu  
603 imagino que eles não declinem do convite, uma vez que eles devolveram a matéria. Então, espero que eles  
604 aceitem.

605  
606 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA (Sergipe)** – Vamos para agosto. Então vamos lá. 24 de agosto. Caiu aqui dia  
607 12 no meu, dia 12 é terça. O que vocês acham do dia 12? Não poderia? Seria uma grande perda. Então temos  
608 dia 12, 19, eu estou colocando aí os dias de terça, mas eu acho que é um dia interessante. É verdade, hoje  
609 mesmo para pegar o táxi eu demorei 40 minutos para pegar o táxi. Quarta-feira? Hoje eu senti o peso da terça.

610  
611 **O SR. FERNANDO CAMINATI (Secretaria do CONAMA)** – Deixa duas datas: 13 e 20 de agosto.

612  
613 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA (Sergipe)** – Depois nós fechamos. Então esse é o indicativo? São os  
614 indicativos de datas. Então fica lá, indicativo 13 e 20, tudo bem? 13 ou 20. Quem faz o contato com a Câmara  
615 Técnica de Assuntos Jurídicos?

616  
617 **O SR. FERNANDO CAMINATI (Secretaria do CONAMA)** – A Secretaria do CONAMA se encarregará. Eu acho  
618 que é importante nós pensarmos que talvez o seminário ou uma oficina não necessariamente teria que ser uma  
619 reunião da Câmara Técnica porque fica mais amplo, fica mais fácil, o formato fica menos atado ao Regimento,  
620 nós, independente de quorum, da presença dos Conselheiros especificamente. Então é uma coisa mais aberta,  
621 eu acho que a princípio esse formato. Agora, um formato técnico de pensar mesas de trabalho, grupos ou todo  
622 mundo sentado na mesma reunião, aí eu deixo então para vocês.

623  
624 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA (Sergipe)** – Então, a proposta de que não seja reunião da Câmara Técnica, que  
625 seja um seminário fora desse enquadramento de Câmara Técnica para não precisar desses sistemas todos.  
626 Sugestões. Vamos colocar sugestões de convidados primeiro, depois nós formatamos. Parece-me que Vanêscas  
627 já começou a colocar ali alguns convidados. Você colocou Junqueira e Maria do Carmo Bezerra.

628  
629 **A SR<sup>a</sup>. VANÊSCA BUZELATO PRESTES (Instituto O Direito Por Um Planeta Verde)** – Eu acredito que esse  
630 formato eu acho que não vá ser palestras, nós vamos ter o quê? Mesa redonda? Oficina?

631

632 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA (Sergipe)** – Oficina técnica. Talvez pudéssemos ter assim, digamos, as  
633 pessoas convidadas pudessem falar durante quinze minutos e depois aprofundaria num tema específico dentro  
634 de uma reunião, poderíamos criar mais de um Grupo.  
635

636 **A SR<sup>a</sup>. VANÊSCA BUZELATO PRESTES (Instituto O Direito Por Um Planeta Verde)** – E tem um texto que foi  
637 produzido ao longo desse tempo, tem um texto mais enxuto e nós podemos disponibilizar e passar para os  
638 interessados, deixar em algum... Tem, aquele é bem mais... Pode ficar os dois, o livrinho, mas tem um texto  
639 menor que são 20 páginas.  
640

641 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA (Sergipe)** – De qualquer maneira o seminário ou oficina vai ter que ter uma  
642 estrutura. Eu proponho que já que nós, que a estrutura fique nessa Câmara Técnica e que o Fernando seja o  
643 foco de todo esse... Porque vai precisar de estrutura, escolha do local, chamar... A parte de escritório.  
644

645 **O SR. FERNANDO CAMINATI (Secretaria do CONAMA)** – Isso é conosco mesmo. Muito provavelmente nós  
646 conseguiríamos fazer aqui no prédio mesmo, nós temos agora estrutura, auditório. Agora, quanto ao formato, o  
647 Roberto pode até dar uma ajuda, no ano passado foi feita uma oficina de áreas contaminadas. Então, o  
648 CONAMA no ano passado organizou uma oficina que já tem o formato que parece que deu muito sucesso e nós  
649 poderíamos seguir aquele formato, eu sinceramente não me recordo porque eu não acompanhei. Mas nós  
650 podemos buscar experiência que já foi feita pelo próprio CONAMA no ano passado na oficina de áreas  
651 contaminadas. E que tem um formato mais aberto de uma reunião da Câmara Técnica sem ser um seminário  
652 com palestras, aquela coisa professor-aluno.  
653

654 **O SR. ANTÔNIO EDSON GUIMARÃES FARIAS (MME)** – Eu queria saber exatamente: teria uma pré-inscrição  
655 dos órgãos, por exemplo, nós gostaríamos, como Ministério, de indicar algumas pessoas para participar. Outros  
656 Ministérios presentes aqui ou que tenham interesse, teria como abrir isso aí?  
657

658 **O SR. FERNANDO CAMINATI (Secretaria do CONAMA)** – Todos os Conselheiros do CONAMA e todos os  
659 Ministérios que ocupam assento no CONAMA já estão automaticamente convidados, quando for feito o processo  
660 de divulgação vão receber. Para participação, para acompanhar, assistir isso está perfeitamente aberto, agora se  
661 tiver sugestão de algum nome para compor essa Mesa Redonda para contribuir, aí seria outra...  
662

663 **O SR. ANTÔNIO EDSON GUIMARÃES FARIAS (MME)** – Na verdade nós estamos pensando exatamente  
664 porque de repente no nosso corpo técnico não tenha ninguém, mas nós podemos indicar uma pessoa que não  
665 seja o nosso Conselheiro. Essa é a minha pergunta: no caso o Ministério, por intermédio do Conselheiro, poderia  
666 trazer convidados para compor.  
667

668 **O SR. FERNANDO CAMINATI (Secretaria do CONAMA)** – Para compor vai ser aberto, vai ser num Plenário  
669 grande que nós temos aqui em baixo e aí há espaço para todos. É claro que a palavra vai ser franqueada, não  
670 há problemas quanto a isso.  
671

672 **O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRH/MMA)** – Foi usada uma expressão que eu gostaria que não fosse  
673 considerada para os objetivos que nós queremos. O que nós não queremos é que esse troço seja caracterizado  
674 como vir para assistir, para assistir, nós queremos exatamente é a interlocução.  
675

676 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA (Sergipe)** – Eu sugiro, embora o Fernando esteja quase que obrigado a  
677 gerenciar tudo isso, mas eu acho que poderiam ter um Grupo, que trabalhando por e-mail poderia estar mais  
678 sintonizado. Eu acho que talvez a Câmara.  
679

680 **O SR. FERNANDO CAMINATI (Secretaria do CONAMA)** – Então, eu sugiro que a Secretaria do CONAMA se  
681 encarregue de organizar o formato, a estrutura e à medida que isso for evoluindo, os Conselheiros vão sendo  
682 informados por e-mail e nós vamos tratando disso por e-mail.  
683

684 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA (Sergipe)** – Você vai pegar o formato da oficina, esse formato você para nós, e  
685 nós começamos a dar uma forma mais... E nós escutamos mais a forma e vamos engordando mais aí...  
686

687 **O SR. FERNANDO CAMINATI (Secretaria do CONAMA)** – Eu acho que seria importante também se nós  
688 tivéssemos mais nomes para convidados, esses nomes.  
689

690 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA (Sergipe)** – Eu acho o seguinte Fernando, que talvez, Vanêscas, pela discussão  
691 que nós temos sentido do tema, talvez um dia não seja suficiente. É no mínimo um dia porque isso...  
692

693 **O SR. FERNANDO CAMINATI (Secretaria do CONAMA)** – Nós temos que avaliar então que pessoas convidar,  
694 quantas são, por enquanto tem três nomes aqui e os temas.  
695

696 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA (Sergipe)** – Porque a discussão não é só dos indicadores, a discussão é ampla,  
697 cada tema desses caberia a um grupo discuti-lo. E depois esses Grupos se juntariam para dar uma formatação  
698 final para tudo isso, porque a questão dos indicadores, eu acho que até a questão dos indicadores em si não vai  
699 ser o grande problema, porque já tem um formato, agora é só modelar. Bom, mas enfim, aí nós vemos se vai  
700 ser só um dia ou não, tem tempo para ver isso. Mais sugestões? Então fica assim, você formata a partir do que  
701 já está construído, dá uma idéia de como seria, repassa para os Conselheiros, nós nutrimos isso aí, você já faz o  
702 contato com os Ministérios, veja o que eles sugerem, vamos estipular um prazo, em que tempo você acha que  
703 teria isso mais ou menos?  
704

705 **O SR. FERNANDO CAMINATI (Secretaria do CONAMA)** – Antes de ver o tempo eu queria saber exatamente  
706 quais temas que a oficina tratará. São restritamente esses indicados pelo Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos  
707 ou temos mais alguns que nos interessa abrir a discussão? É que a forma, pelo que eu me recordo da discussão  
708 da Jurídica, ela vai ser dirimida a questão a partir do momento em que a Câmara Técnica fornecer os elementos  
709 para que eles tomem aquelas decisões, se vão para cima ou para baixo como o Vanêsa explicou. Então eu não  
710 sei...  
711

712 **A SR<sup>a</sup>. VANÊSCA BUZELATO PRESTES (Instituto O Direito Por Um Planeta Verde)** – Fernando, mas talvez  
713 o que pode orientar isso é pedir para a Andréa, junto com esses que vão abrir a reunião falar alguma coisa  
714 genérica, um dos pontos ser este. Porque não adianta nós não ficarmos, um dos pontos a Andréa vem, que é a  
715 presidente da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e apresenta qual é o conteúdo da dúvida jurídica para a  
716 pauta da discussão poder considerar isso posteriormente. Esse é um ponto. Segundo ponto é a discussão dos  
717 indicador em si, que nós ainda temos a confusão se eles são indicadores, o que é um indicador da norma, um  
718 indicador da qualidade, então ou a Maria do Carmo ou o Junqueira fazem essa explanação. Quer dizer, nós  
719 temos que ver antes de entrar nos temas específicos, temos que ver quais são as arestas que têm que ser  
720 aparadas. Ele fez uma emenda em Plenário.  
721

722 **O SR. ÉLVISON NUNES RAMOS (MAPA)** – Eu gostaria só de colocar Fernando com essa sua que você  
723 levantou, porque da forma como você está falando parece que nós não poderíamos fechar um formato e  
724 encaminhar para a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. Primeiro nós teríamos que levar para a Câmara  
725 Técnica de Assuntos Jurídicos o resultado dessas dúvidas todas para depois eles devolverem de novo para nós  
726 para nós formatarmos se vai ser uma Resolução, se vai ser uma Proposta ou não. Se lá ficar, for debatido isso e  
727 ficar definido, já vai depois daqui da Câmara Técnica de Economia e Meio Ambiente para a Câmara Técnica de  
728 Assuntos Jurídicos a proposta final já para deliberação e mandar para frente. Porque você falou que a Câmara  
729 Técnica de Assuntos Jurídicos teria que tomar ciência dessas dúvidas todas para depois poder decidir qual o  
730 melhor formato.  
731

732 **O SR. FERNANDO CAMINATI (Secretaria do CONAMA)** – Não o formato em si, mas se vai por meio de  
733 Resolução ou Recomendação. Não o conteúdo, mas o formato.  
734

735 **O SR. ÉLVISON NUNES RAMOS (MAPA)** – As duas discussões têm que estar presentes no seminário.  
736

737 **A SR<sup>a</sup>. VANÊSCA BUZELATO PRESTES (Instituto O Direito Por Um Planeta Verde)** – Então a Andréa vai  
738 apresentar. Porque também com toda a fraternidade possível, não dá para agora querer fazer com que isso se  
739 transforme automaticamente numa Recomendação porque aí não vai ter, nós temos que debater o conteúdo, é  
740 isso que nós estamos propondo. Mas se já for assim, vai ser isso, daí está...  
741

742 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA (Sergipe)** – Eu confesso que eu estou curioso para ver o que nos afasta e que  
743 nos une nesta Câmara Técnica Jurídica e nós. Mais alguma posição do seminário?  
744

745 **O SR. FERNANDO CAMINATI (Secretaria do CONAMA)** – Mais temas? Os temas aqui colocados...  
746

747 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA (Sergipe)** – Os temas estão aqui, formatar em cima disso daí, os convidados já  
748 têm alguns indicados, outros serão indicados nominalmente pelos Ministérios.  
749

750 **O SR. ÉLVISON NUNES RAMOS (MAPA)** – Seria interessante também Fernando, eu acho que, a Vanêsa  
751 falou sobre os textos básicos que já têm sobre as diretrizes. Têm que ser disponibilizados juntos.  
752

753 **O SR. FERNANDO CAMINATI (Secretaria do CONAMA)** – Eles já estão disponibilizados.  
754

755 **O SR. ÉLVISON NUNES RAMOS (MAPA)** – É mais para reafirmar isso. Você procurar, é nesse sentido que eu  
756 estou falando, nesse sentido...  
757

758 **A SR<sup>a</sup>. VANÊSCA BUZELATO PRESTES (Instituto O Direito Por Um Planeta Verde)** – O que eu coloquei é  
759 um outro texto que apresenta essa proposta de indicadores, ele é um texto teórico, ele não é um texto da

760 proposta de Resolução, mas ele é um subsídio, na verdade, e isso nós podemos... Ele está publicado numa  
761 revista de Direito Ambiental, tem um texto da Silvia com a Maria do Carmo e tem o livro também que nós temos  
762 no site do Planeta Verde que é o livrinho de indicadores, os Conselheiros quase todos receberam. Eu poderia  
763 ver até se nós temos número para distribuir, porque acabou e depois veio mais. Para os Conselheiros que  
764 estavam no plenário naquele dia foi distribuído, só que ficou pronto uma quantidade "x", aquela coisa de sempre,  
765 mas depois nós recebemos um número a mais. Poderia então quem sabe fazer o contrário, passa uma lista para  
766 quem não tem que nós nos comprometemos a mandar, porque eu não tenho assim como... Porque daí nós nos  
767 comprometemos a mandar.  
768

769 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA (Sergipe)** – Manda para todos os Conselheiros de novo, eu acho que é  
770 interessante. Sete Conselheiros, eu estou falando dos Conselheiros da Câmara Técnica. Sobre o tema  
771 senhores? Fernando? Fechou todos as informações, então temos aí: indicativo 13 ou 20, a parte estrutural fica  
772 aqui na Câmara Técnica de Economia e Meio Ambiente até que nós possamos fazer o link com a Câmara  
773 Técnica de Assuntos Jurídicos, todos os convites partirão aqui do CONAMA, mirando-se na oficina já existente,  
774 você vai fazer um corpo, vai fazer uma proposta e encaminhar para os Conselheiros e nós vamos filtrando e  
775 engordando mais essa proposta. Eu posso fechar o tema? Podemos fechar então? Ok. Eu não acredito que nós  
776 concluímos. Mas que bom, eu acho que a grande discussão vai ser no seminário. Esse seminário você não vai  
777 perder. Item 2 – Proposta de Recomendação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Secretarias Municipais  
778 de Meio Ambiente com considerações sobre a mudança do clima. Grupo de Trabalho sobre impactos das  
779 mudanças climáticas no Brasil e o papel do CONAMA na adoção de medidas de adaptação. Tramitação:  
780 devolvido pela Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos para apreciação quanto aos destinatários da  
781 recomendação, tendo em vista que as ações recomendadas extrapolam o âmbito de atuação dos órgãos do  
782 SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente já que o tema da mudança do clima reporta-se à política de  
783 Estado e não somente dos órgãos ambientais e ainda, que há municípios que não dispõem de órgãos  
784 específicos de meio ambiente. Eu acho que já poderia ter vindo de lá uma proposta de sugestão disso, eu não  
785 sei, eu não sei o que os Conselheiros acham, quem participou da última reunião viu a exposição, a discussão, o  
786 avanço da discussão e da consolidação do tema que foi muito interessante apresentado inclusive pela Paula. Só  
787 a questão da indicação eu acho que é coisa simples de se fazer eu não vejo muito...  
788

789 **O SR. FERNANDO CAMINATI (Secretaria do CONAMA)** – É o que a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos  
790 ficou um pouco preocupada, como você leu, é com relação ao destinatário da recomendação, eles entenderam  
791 que nós estávamos destinando a Secretarias de Estado de Meio Ambiente e Secretarias Municipais e que isso  
792 talvez causasse problemas para as Secretarias, uma vez que os planos e as ações relativas à adaptação, à  
793 mudança do clima eles extrapolam o limite da Secretaria de Meio Ambiente para atingir outra Secretarias, outras  
794 áreas de atuação do Governo Estadual. Pegaria a administração toda de uma maneira geral, então talvez o  
795 destinatário tivesse que ser o prefeito e o Governador e há também no caso dos municípios aqueles que não  
796 possuem órgão ou Secretaria específica de meio ambiente, então esses ficariam desatendidos. Então essa  
797 preocupação. Eles poderiam ter dado essa solução lá na Câmara mesmo, mas preferiram remeter novamente à  
798 Câmara Técnica de Economia para que amadurecesse o destinatário, ou até reformasse de alguma maneira  
799 mais profunda o texto para não ter esse tipo de problema. Agora se os senhores entenderem que a simples  
800 substituição da Secretaria pelo Estado, se isso já sana o problema e mantém o espírito original do texto, então  
801 poderia ser encaminhada dessa maneira, ou poderia ser feita uma revisão ainda maior no texto.  
802

803 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA (Sergipe)** – Em discussão. Pois não Roberto.  
804

805 **O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRH/MMA)** – Segundo observação não é tão procedente, porque não é  
806 porque não existem órgãos municipais de meio ambiente que vai ficar parado alguma coisa, vale para quem  
807 está, vale a quem couber. Então, não tem, essa segunda justificativa para mim é totalmente fora de propósito.  
808 Agora, com relação se a Secretaria de Meio Ambiente do Estado e Secretaria de Meio Ambiente Municipal a  
809 questão de mudança climática ser mais abrangente, ser mais de políticas públicas de uma forma geral, passar  
810 para Estados e município na figura do governador e prefeito, aí é a critério de cada um. Agora a segunda não  
811 vale.  
812

813 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA (Sergipe)** – Não sei, eu estou achando tão fácil de resolver isso, indicáramos  
814 para o governador, indicáramos para prefeituras municipais e pronto. E os Estados e municípios que façam o  
815 devido uso, uma cobrança...  
816

817 **O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRH/MMA)** – (...) ao Governo dos Estados e Municípios e em especial  
818 às suas respectivas Secretarias de Meio Ambiente.  
819

820 **O SR. FERNANDO CAMINATI (Secretaria do CONAMA)** – Lembrando que o espírito da recomendação era era  
821 jogar mais luz no relatório elaborado pelo Grupo e ampliar o conhecimento das pessoas, dos tomadores de  
822 decisão, dos órgãos públicos quanto à questão da mudança do clima dando já a orientação que o relatório traz  
823 para o seu encaminhamento. Então, o relatório se torna um documento chave no entender do Grupo para que

824 Estados e Municípios que queiram implementar a política, a Recomendação não obriga nenhum ente a tomar  
825 medidas, quaisquer que sejam. Ela chama a atenção. Exortação ao tema.

826  
827 **O SR. ÉLVISSON NUNES RAMOS (MAPA)** – É um alerta para todo mundo.

828  
829 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA (Sergipe)** – Os senhores têm a cópia do... Tiraria aqui Secretarias de Estado e  
830 colocaria...

831  
832 **O SR. FERNANDO CAMINATI (Secretaria do CONAMA)** – Porque no art. 1º nós temos: recomendar às  
833 Secretarias de Estado e Secretarias Municipais. Então nós poderíamos substituir tudo isso por... Um aspecto que  
834 eles ponderam é que: você vai fazer uma Recomendação para Estados sendo que todos os Estados estão  
835 representados no CONAMA, então de alguma maneira já estão recomendados. Então, o que talvez por isso a  
836 medida fosse desnecessária, mas nosso objetivo original era chamar a atenção.

837  
838 **A SRª. VANÊSCA BUZELATO PRESTES (Instituto O Direito Por Um Planeta Verde)** – Isso é mérito. O  
839 objetivo da Câmara é exatamente fazer essa exortação: olha aí, vamos nos preocupar com esse tema, quer  
840 dizer...

841  
842 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA (Sergipe)** – Então vamos ver o texto.

843  
844 **A SRª. VANÊSCA BUZELATO PRESTES (Instituto O Direito Por Um Planeta Verde)** – Inclusive para alguns  
845 órgãos é importante ter a recomendação para chegar lá na ponta, eu sempre me coloquei, como eu sou de  
846 município, é importante esses documentos chegarem lá na ponta, olha aqui, estão nos alertando temos que  
847 desenvolver, é essa função.

848  
849 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA (Sergipe)** – Vamos lá ao texto. “Recomendar aos Estados e aos Municípios e  
850 às suas respectivas Secretarias de Meio Ambiente”, é isso? “Aos Governos Estaduais e Municipais, em especial  
851 às suas Secretarias de Meio Ambiente”.

852  
853 **O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRH/MMA)** – “Secretaria Municipal e órgão local”. Essa é a definição.  
854 Se não tem secretário ninguém responde ao Estado. Não tem quem faz é o Estado não existe lacuna.

855  
856 **A SRª. VANÊSCA BUZELATO PRESTES (Instituto O Direito Por Um Planeta Verde)** – Seccionais e locais  
857 integrantes do SISNAMA, que são aqueles que... A Secretaria da Saúde que tem um órgão ambiental dentro.

858  
859 **O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRH/MMA)** – A Secretaria Estadual é órgão seccional, a Secretaria  
860 Municipal é órgão local. Se não tem Secretaria quem responde é o Estado. Se o município não tem Secretaria,  
861 quem faz é o Estado, não existe lacuna.

862  
863 **A SRª. VANÊSCA BUZELATO PRESTES (Instituto O Direito Por Um Planeta Verde)** – É porque a  
864 recomendação é independente de se órgão do SISNAMA ou não. É essa a ponderação da Judite, pelo que eu  
865 entendi.

866  
867 **O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRH/MMA)** – Não, mas é só um minuto. Ali está recomendar aos  
868 governos estaduais e municipais. É Governo, todas as Secretarias. Ali está: em especial às suas Secretarias de  
869 Meio Ambiente e órgão seccionais e locais integrados ao SISNAMA. Não, mas ali é só com relação às  
870 Secretarias de Meio Ambiente que são órgãos seccionais e locais do sistema, não está falando das outras  
871 Secretarias. As outras Secretarias estão lá em cima em Governos. Nós só estamos dando destaque, por isso em  
872 especial à questão das Secretarias de Meio Ambiente dizendo o que elas são, que elas pertencem aos  
873 SISNAMA e são órgãos seccionais e locais. Só isso.

874  
875 **O SR. FERNANDO CAMINATI (Secretaria do CONAMA)** – Os órgãos seccionais e locais também podem ser o  
876 órgão de meio ambiente do Estado, como no caso Sergipe é ADEMA, é o órgão local nos termos da 6.938 e o  
877 órgão seccional ou local seria no município, caso o município tenha órgão, mas não tenha Secretaria, nem sei se  
878 é possível, acho que tem que ter. Pode ser o órgão e está dentro de uma outra Secretaria.

879  
880 **A SRª. VANÊSCA BUZELATO PRESTES (Instituto O Direito Por Um Planeta Verde)** – Eu estava pensando é  
881 porque de ter voltado isso. Porque se é, a recomendação tem sentido se é para todos, se fosse só para os  
882 órgãos do sistema poderia ser Resolução. Será que é essa a dúvida da Jurídica.

883  
884 **O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRH/MMA)** – Vanêscas, o grande problema quando nós começamos a  
885 dizer muito, mas eu apresentar uma sugestão mais radical, como está dando confusão, o que nos interessa são  
886 os governos estaduais e municipais, em especial as Secretarias de Meio Ambiente. Nós não precisamos falar  
887 nada que são órgãos seccionais, integrantes, ali pode ser tirado, deu rolo, se está dando rolo entre nós imagina

888 para o leigo lá fora. Tira o entre vírgulas aí, o aposto, órgão seccionais é órgãos em especial as Secretarias de  
889 Meio Ambiente e tira os órgãos seccionais, até vai lá, tira a vírgula também, não tira essa vírgula não, desculpa.  
890 E bota vírgula antes do “às”.

891  
892 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA (Sergipe)** – Todos viram o texto? O texto original.

893  
894 **O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRH/MMA)** – Tem município que não tem órgão de Meio Ambiente não  
895 é o caso. Aquela segunda justificativa não cabe. São cinco mil e tantos municípios.

896  
897 **O SR. FERNANDO CAMINATI (Secretaria do CONAMA)** – Na verdade eles sentiram a Recomendação um  
898 pouco solta. Essa foi uma preocupação. E essa questão da definição do destinatário demonstraria certa fraqueza  
899 da Recomendação. A Recomendação não tem por objetivo fazer com que o órgão, o Estado ou o Município  
900 implemente diretamente alguma medida, ela simplesmente, nos termos até do Regimento, ela trata de  
901 manifestação a cerca da implementação de políticas sem o comando direto, sem definir como será e como deve  
902 ser feito programas públicos ou normas com repercussão na área ambiental. Então, por isso o formato que o  
903 grupo tinha sugerido da Recomendação. E eles sentiram que ela estava um pouco fraca, alguns Conselheiros  
904 até talvez não tenham gostado da idéia e levantaram essa questão do destinatário como um tema principal para  
905 devolução.

906  
907 **A SR<sup>a</sup>. VANÊSCA BUZELATO PRESTES (Instituto O Direito Por Um Planeta Verde)** – É que nós estamos  
908 numa fase meio confusa do que é Resolução, do que é Recomendação, está no esforço de tudo virar  
909 Recomendação, que daqui a pouco a Recomendação que tem sentido parece que não é nada, mas ela tem um  
910 sentido político de fortalecimento institucional das políticas que o CONAMA difunde que é fundamental. Eu até fui  
911 muito tempo da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e eu acho que seria bom o presidente estar na reunião  
912 para colocar esses pontos, porque é diferente quando chega a Resolução crua, o Roberto acompanha bastante  
913 também, quando vem as ponderações daí tem um alto lá. Que às vezes uma palavra, uma explicação. Que seja  
914 compreendido inclusive as pessoas defendem, mas falta um pouco essa interação porque...

915  
916 **O SR. FERNANDO CAMINATI (Secretaria do CONAMA)** – Nós não havíamos convidado o presidente para não  
917 fazê-lo se deslocar de Aracaju para cá mais uma vez, mas se caso seja interessante nós faremos isso.

918  
919 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA (Sergipe)** – Então, fechado. Fechado e pronto o item 2.2. Atende sim.

920  
921 **A SR<sup>a</sup>. VANÊSCA BUZELATO PRESTES (Instituto O Direito Por Um Planeta Verde)** – Eu até não sei se foi o  
922 caso desta reunião, eu coloquei isso em função de participação em outras, às vezes, um esclarecimento muda  
923 tudo.

924  
925 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA (Sergipe)** – Roberto, você, um porta-voz, seria, eu sei, mas sempre que você  
926 passar por lá, você tem *expertise* para isso, então seria interessante. Ponto 3 da pauta, assuntos gerais, o que  
927 ocorrer. Eu vou fazer aqui uma exposição de motivos de um, eu sei que vai ser difícil nessa semana de Meio  
928 Ambiente, mas eu tinha muito prazer e aqui representando o Estado do Sergipe, eu tinha um desejo muito forte  
929 de o Estado, através do seu secretário e seguramente através do governador de que pudéssemos fazer uma  
930 reunião da Câmara Técnica em Aracaju, talvez até para descentralizar um pouco essa coisa de sempre Brasília,  
931 sempre Brasília, por que não Porto Alegre? E já que o presidente, o que está presidente é daquela bela cidade  
932 que inclusive foi escolhida como a cidade de maior IDH do Brasil, de melhor qualidade de vida, eu os convidaria  
933 para que vocês pudessem ver exatamente e sentir na pele o que é essa qualidade de vida que foi para nós  
934 transmitida e outorgada. Então, a minha proposta era de que próxima reunião fosse em Aracaju. E convidando  
935 inclusive o Roberto. A nossa proposta é que essa próxima reunião fosse em Aracaju, na realidade é o seguinte,  
936 nós tínhamos o desejo, mas eu sei que vai ser muito difícil agora de que fosse na semana do Meio Ambiente  
937 porque o fato é o seguinte: Sergipe está discutindo e o Estado, qualquer um dos senhores aqui presentes que já  
938 tiver um acúmulo, já tiver uma memória sobre isso, o Estado do Sergipe está tentando avançar na questão do  
939 ICMS sócio-ambiental. Nós estamos derivando para a questão do sócio-ambiental e não apenas para o  
940 ecológico até porque houve um desgaste muito grande na questão do ecológico, estamos transformando num  
941 sócio-ambiental, eu não sei se o Rio Grande do Sul já tem, eu gostaria de depois ter contado com você Vanêscas,  
942 para até trazer para nós. Nós estamos discutindo e a semana do Meio Ambiente vai ser exatamente sobre esse  
943 tema, o ICMS sócio-ambiental. Como havia a possibilidade de entrar esse tema dentro da Câmara Técnica de  
944 Economia e Meio Ambiente eu estava querendo que fosse para lá para Sergipe para nós discutirmos isso dentro  
945 da semana do meio ambiente, inclusive a programação do Governo do Estado já tinha lá, meio que em vermelho  
946 ainda, a reunião da Câmara Técnica, eles estavam muito entusiasmados com essa possibilidade porque eu  
947 alimentei, eu nutri essa possibilidade, devo dizer que a culpa foi minha, fui o mentor e acabei nutrindo essa  
948 possibilidade, mas compreendo a dificuldade até porque eu pedi para adiar do dia 21 porque eu não consegui  
949 passagem aqui para Brasília dia 21, véspera do dia 22 que era feriado, não só isso. Eu também não conseguia  
950 passagem de volta para o nordeste porque estava muito mais difícil ainda que só tivesse na segunda-feira.  
951 Passar 4 dias em Brasília sem contar com a cordialidade e a amizade de vocês é difícil, a solidão em Brasília é

952 cruel, eu tenho uma tendência depressiva seria pior ainda para mim. Então, a proposta era essa dentro do que  
953 ocorrer dentro dos assuntos gerais, que a próxima reunião fosse em Brasília, eu não sei se poderíamos já  
954 encaminhar isso aqui, como poderíamos fazer isso. Desculpe, em Sergipe, na belíssima Aracaju. Teríamos  
955 seguramente, nós faríamos um... Seria uma reunião diferente porque evidentemente que o Estado bancaria  
956 algumas coisas, algumas pequenas regalias, digamos um almoço, comer um caranguejo, um camarãozinho,  
957 estar num lugar agradável, viajar o Quenium de São Francisco, andar de catamarã e poder mergulhar no São  
958 Francisco, o que ainda resta do São Francisco, a parte mais bonita que é a parte do quenium, coisas desse tipo.  
959 Então teríamos um dia de discussão e o outro dia poderia ser um dia que pudéssemos mostrar para vocês a  
960 beleza de Sergipe no sentido da sua amabilidade que é o que tem mais de essencial. É interessante, é sinal de  
961 que eu sou baiano, embora more em Aracaju, sou de Salvador, há 32 anos e me sinto o sujeito mais feliz do  
962 mundo por isso.

963  
964 **O SR. FERNANDO CAMINATI (Secretaria do CONAMA)** – A Câmara Técnica possui um processo pendente  
965 relativo ao ICMS ecológico ou sócio-ambiental que é oriundo do seminário realizado em Cuiabá. Então a idéia do  
966 Genival seria inclusive de casar não só útil para o Estado, mas também para a Câmara Técnica. E eu, como já  
967 havia lhe indicado, conversei antes com o Nilo e por ele é interessante a proposta, ele vê com bons olhos, mas  
968 agora com a nova circunstância do Ministério talvez nós tenhamos uma dificuldade, inclusive para na semana  
969 que vem já implementar isso. Do ponto de vista da Câmara Técnica se fosse uma reunião de Câmara Técnica  
970 nós teríamos dificuldade em convocar os prazos e toda essa questão de prazos para a semana que vem, estaria  
971 difícil. Para uma outra oportunidade eu sei que aí já perde a carona dos eventos da semana de Meio Ambiente  
972 que a Secretaria de Estado está organizando, talvez seja mais viável. Aí pensem inclusive como a próxima  
973 reunião, nós temos aqui o indicativo para agosto a oficina e que não será uma reunião da Câmara Técnica.  
974 Então, nós poderíamos fechar o acordo de que a próxima reunião da Câmara Técnica de fazer lá, mas aí eu  
975 acho que seria depois da oficina.

976  
977 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA (Sergipe)** – Como a felicidade não se pode ter o todo, então eu já ficaria  
978 parcialmente feliz com essa possibilidade de que a próxima reunião fosse lá e teria muito orgulho em recebê-los,  
979 todos inclusive.

980  
981 **O SR. FERNANDO CAMINATI (Secretaria do CONAMA)** – Eu acho que quanto a isso não tem problema. A  
982 secretaria vai levar a proposta à diretoria do Conama, uma vez que cabe a ela junto com a Secretaria Executiva  
983 do MMA a definição das reuniões de Câmara Técnica realizadas fora de Brasília. Eu acho que nós faríamos o  
984 possível sem dúvida.

985  
986 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA (Sergipe)** – Eu agradeço. Mais algo a acrescentar? Ninguém?

987  
988 **A SR<sup>a</sup>. VANÊSCA BUZELATO PRESTES (Instituto O Direito Por Um Planeta Verde)** – Foi um prazer  
989 participar da reunião dos senhores.

990  
991 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA (Sergipe)** – O prazer foi todo nosso, contar com você sempre, contribuiu muito.  
992 Bom, de maneira até surpreendente, eu pensei que ia ter um dia hoje estafante, eu tive um dia ontem estafante,  
993 foi um dia todo do Ministério Público, atendendo o Ministério Público, eu pensei que hoje seria outro dia  
994 estafante, mas foi um dia tranquilo embora a convivência com os senhores nos fortalece. Então, eu dou por  
995 encerrada a 13ª reunião da Câmara Técnica de Economia e Meio Ambiente, foi um prazer e com orgulho de  
996 presidi-la.